

CRITÉRIOS PARA CERTIFICAÇÃO

*** Roberto Rodrigues**

Vai ganhando destaque a questão da certificação de produtos do agronegócio brasileiro.

A Iniciativa Brasileira para Criação de um Sistema de Verificação da Atividade Agropecuária, com participação de produtores, ambientalistas, consumidores e certificadores, segue seus trabalhos, ao mesmo tempo em que diferentes instituições se movimentam no mesmo sentido.

Recentemente o tema foi tratado no Congresso da ABAG, no Conselho Superior do Agronegócio da FIESP e, no dia 4 de setembro, foi lançado por diferentes instituições, sob a liderança da ABIOVE e da ABAG, o ARES (Instituto para o Agronegócio Responsável).

Por outro lado, encontra-se em discussão no Governo Federal, a certificação do etanol, tendo em vista os questionamentos internacionais sobre temas ambientais e sociais referentes ao produto, que poderiam dificultar seu acesso a mercados diversos.

A regulamentação da lei dos orgânicos, praticamente decidida, é outro elemento a exigir clareza na temática da certificação. E, por último, as recorrentes investidas dos europeus contra a nossa carne, com base em questões sanitárias, estimula a discussão da rastreabilidade, o chamado SISBOV.

Tudo isto coloca urgência no debate, tendo em vista a homogeneidade dos critérios para verificação de sistemas de produção e sua respectiva certificação, de forma a inibir a variação destes critérios, com o objetivo de conferir credibilidade ao programa brasileiro, e antecipando imposições que possam vir de fora!

Nas discussões, em andamento, há, naturalmente, algumas divergências sobre diferentes pontos de vista entre os atores do processo.

Mas tais divergências podem ser controladas, tendo em vista que a certificação precisa ser consensuada, jamais decidida unilateralmente. Só assim será amplamente reconhecida.

Para tal, a definição dos critérios tem que ser transparente e, até chegar à certificação, uma metodologia a seguir deve considerar necessariamente o equilíbrio entre os fatores fundamentais da sustentabilidade: o ambiental, o social e o econômico.

Definidos os critérios, ouvidos todos os interessados (consumidores, produtores, trabalhadores, industriais, ambientalistas, transportadores, armazenadores, bancos, academias e, necessariamente, o setor público), parte-se para a identificação dos indicadores e para o sistema de monitoramento, concluindo então com a certificação.

É essencial que o processo seja facultativo. E, para ser aceito amplamente, deve ter vantagens econômicas para quem a ele aderir.

Por outro lado, de nada valerá se não contiver claros requisitos destinados à preservação do meio ambiente e da sanidade pública, garantindo proteção ao consumidor, sem a menor possibilidade de corrupção na verificação.

Tal desafio, embora portentoso, é absolutamente indispensável para preservar e ampliar a competitividade internacional do agronegócio brasileiro. O interesse dos produtores rurais no tema precisa ser estimulado com informações adequadas e permanentes sobre o que exigem nossos compradores.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da Fiesp e professor de Economia Rural da Unesp/Jaboticabal**